

*Fun
Cruz
Santos
Paulo Barroso*



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2020

Santa Casa da Misericórdia de Montalegre

- Relatório de Atividades 2020
- Relatório de Contas 2020
- Proposta de Distribuição de Resultados
- Parecer do Conselho Fiscal

*Fun
Cesf.
Cesf.
Cesf.
Paulo Barroso*

Conteúdo

1. INSTITUIÇÃO	2
CARTÃO EMPRESA	3
IPSS – UTILIDADE PÚBLICA	4
ORGANOGRAMA DA INSTITUIÇÃO	6
QUADRO DE PESSOAL	7
ÓRGÃO SOCIAIS – 2020/2023	8
2. RELATÓRIO DE ATIVIDADES	9
RECURSOS HUMANOS	10
ERPI	11
SAD – Serviço de Apoio Domiciliário	11
CRECHE	12
SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social	12
UCCI – Unidade de Cuidados Continuados Integrados	12
APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2020	13
3. CONTAS 2020	14
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	47
PARECER DO CONSELHO FISCAL	48
CONCLUSÕES/AGRADECIMENTOS	50
APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE CONTAS DE 2020	51



Santa Casa da Misericórdia de Montalegre

*Função
Cuij
Paulo Ramos*

1. INSTITUIÇÃO

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre foi constituída entre 1693 e 1715. Funcionou ao longo dos anos na Igreja da Misericórdia, que dispunha adicionalmente de três divisões onde se realizavam as sessões.

No séc. XIX teve forte ação e, em 1918, perante os malefícios da guerra, voltou a desenvolver importante trabalho assistencial. Em 1982 é como que “refundada” pelo Padre José Alves e é a partir daí que nascem as valências do Lar, Creche e Serviço de Apoio Domiciliário e mais recentemente a Unidade de Cuidados Continuados.

A Misericórdia é uma IPSS e hoje, fruto dos acordos com o Instituto de Segurança Social e do apoio do Município, presta apoio a mais de 200 pessoas e tem mais de 95 trabalhadores.

Objetivos:

São objetivos da Instituição os estipulados no Artigo 3º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre:

Paulo Barreiros

CARTÃO EMPRESA



Paulo Barros

IPSS – UTILIDADE PÚBLICA

REPÚBLICA
PORTUGUESAMINISTÉRIO DO TRABALHO,
SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA
SOCIAL**DECLARAÇÃO**

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14 de novembro e pela Lei n.º 76/2015, de 28 de julho que alteram o Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 fevereiro, e de acordo com o Regulamento do Registo aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro, que se procedeu ao registo definitivo de alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública.

A alteração de estatutos foi aprovada em 22/09/2015 pela autoridade eclesial competente e o registo foi lavrado pelo averbamento n.º 2, à inscrição n.º 1/96, a fls. 95 e 121 do Livro n.º 2 das Irmandades da Misericórdia, considerando-se efetuado em 14/01/2016, nos termos do n.º 4 do art.º 9.º do Regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação – IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTALEGRE

NIF – 501 745 963

Sede – Rua General Humberto Delgado, n.º 473 – Montalegre – Vila Real

Fins - Conceder bens e desenvolver atividades de intervenção social, designadamente de: apoio à infância e juventude, designadamente a crianças e jovens em perigo; apoio às pessoas idosas, às pessoas com deficiência e incapacidade, às pessoas em situação de necessidade ou de dependência, sem-abrigo e a vítimas de violência doméstica; apoio à família e comunidade em geral; apoio à integração social e comunitária; promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados na perspetiva curativa, de reabilitação e reintegração, designadamente através da criação, exploração e manutenção de unidades de cuidados continuados e paliativos, serviços de diagnóstico e terapêutica, cuidados primários de saúde e tratamentos de doenças do foro mental ou psiquiátrico e de demências, bem como aquisição e fornecimento de medicamentos e assistência medicamentosa; promoção da educação, da formação profissional e da igualdade de homens e mulheres; habitação e turismo social. Secundariamente: Salvaguarda e defesa do património cultural e artístico, material e imaterial, religioso ou não; empreendedorismo e outras respostas e serviços não incluídos nas alíneas precedentes, desde que enquadráveis no âmbito da economia social, isto é, desde que

DIREÇÃO GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL

Largo do Rato 1 - 1250-144 LISBOA - Tel: 218 942 990 - VoIP 32160 - Fax 218 942 992 - dgss@sgs.gov.pt

Mód. DGSS-44

<http://www4.sgs.gov.pt/dgss/direcao-geral-da-seguranca-social>

© 2016


 (Chefe de Divisão)

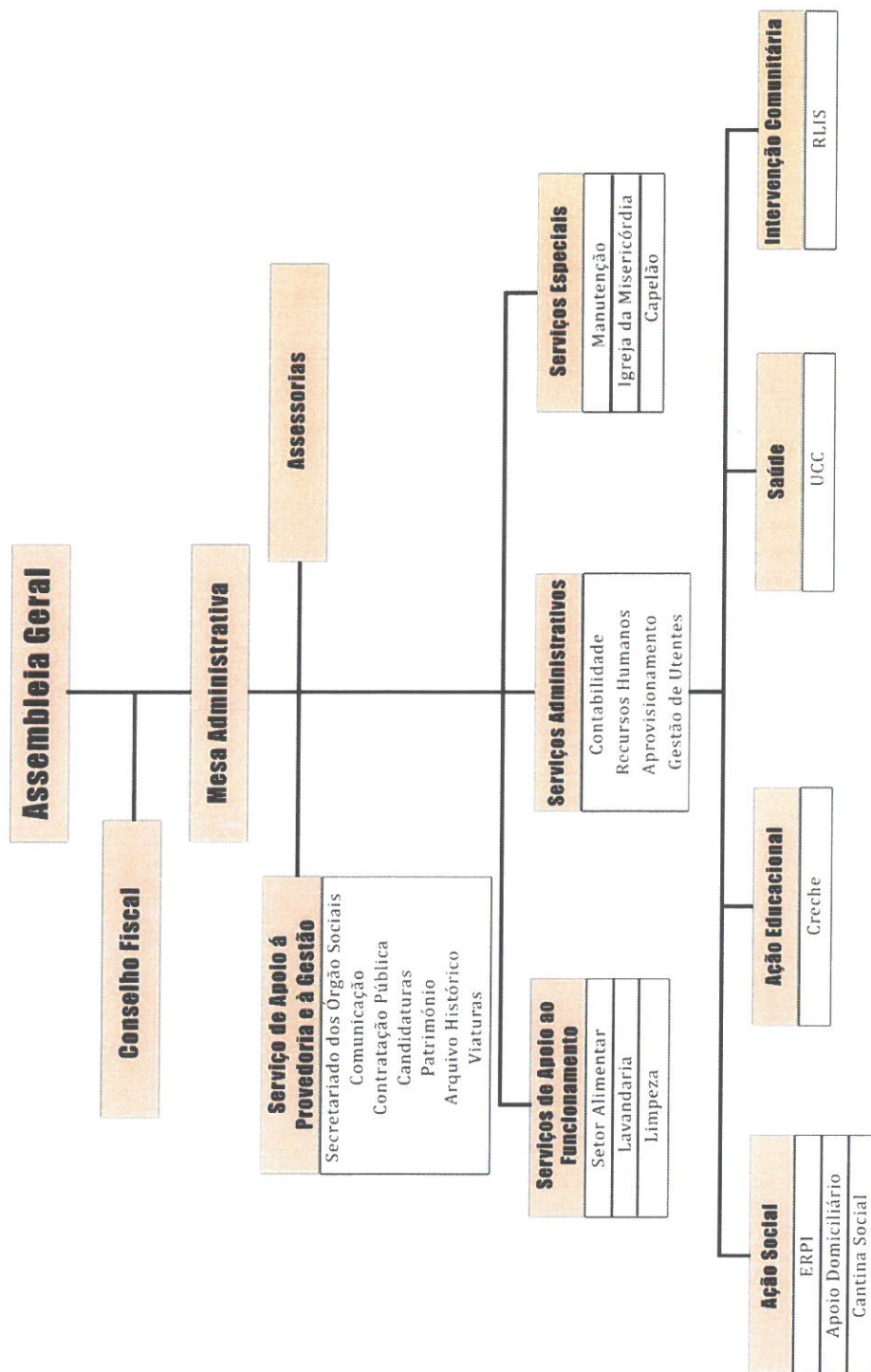
DIREÇÃO-GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL





Misericórdia de Montalegre

ORGANOGRAMA DA INSTITUIÇÃO



QUADRO DE PESSOAL

Perfil Profissional	Profissionais			*Afetação dos Profissionais à Resposta Social				
	Quadro legal	Previstos	*Ocupados	ERPI	SAD	CRECHE	UCC	SAAS
Diretor Técnico ERPI/SAD	1	1	1	0,95	0,05	0	0	0
Educador Social	1	1	1	1	0	0	0	0
Secretário-Geral (apoio à Provedoria e gestão)	0	1	1	0,50	0	0	0,50	0
Assistente Administrativo	0	2	1	0,90	0,05	0,05	0	0
Ajudante de lar e Centro de dia	14	18	15	14	0	0	1	0
Encarregado de serviços gerais	1	1	1	0,97	0,03	0	0	0
Encarregado de setor (serviços gerais)	0	2	1	1	0	0	1	0
Auxiliar técnico de manutenção	0	1	0,50	0	0	0	0,50	0
Ajudante familiar/ domiciliário	2	3	2	0	2	0	0	0
Ajudante de cozinha	7	6	4	3	0,75	0	0,25	0
Cozinheiro	3	4	5	2	0,30	1	0,70	0
Operador Lavandaria	0	1	1	0,95	0,05	0	0	0
Auxiliar ação médica	12	12	3	0	0	0	3	0
Trabalhadores serviços gerais	4	16	29	15	0	1	13	0
Educador de infância (inclui Diretor Técnico)	2	2	2	0	0	2	0	0
Coordenadora SAAS	0,50	0,50	0,50	0	0	0	0	0,50
Outro	1	1	1	0	0	0	0	1
Ajudante de ação educativa	4	4	3	0	0	3	0	0
Diretor Técnico UCC	0,50	0,50	0,50	0	0	0	0,50	0
Enfermeiro Coordenador UCC	0,50	0,50	0,50	0	0	0	0,50	0
Enfermeiro (inclui Enf. de Reabilitação)	11	18,50	18,50	2	0	0	16,50	0
Médico (inclui fisiatra)	2	3	3	0	0	0	3	0
Psicólogo	1	1	1	0	0	0	1	0
Fisioterapeuta	2	2	1,50	0	0	0	1,50	0
Assistente Social	2,50	2,50	2,50	0	0	0	1,50	1
Terapeuta da Fala	0,20	0	0,20	0	0	0	0,20	0
Animador Sociocultural	1,50	1,50	0,50	0	0	0	0,50	0
Nutricionista	0,20	0	0,20	0	0	0	0,20	0
Terapeuta Ocupacional	1	1	1	0	0	0	1	0
Farmacêutico	0,30	0,30	0,30	0	0	0	0,30	0
	Total		99,7	42,27	3,23	7,05	44,65	2,50

Handwritten signatures and notes:
 Cício
 José
 Paulo Barros

ÓRGÃO SOCIAIS – 2020/2023

Assembleia Geral		
Nome	Cargo	Irmão
José Gonçalves Justo	Presidente	95
Paulo Jorge Baia Barros	Vice-Presidente	187
Maria Leonor Rua de Moura Rodrigues Nunes	Secretária	347

Mesa Administrativa		
Nome	Cargo	Irmão
Fernando José Gomes Rodrigues	Provedor	151
Maria Manuela Flambo Pedreira Carvalho	Vice-Provedora	441
Alberto Armindo do Braz Moura	Secretário	440
António Dias Henriques	Tesoureiro	379
Paulo Jorge Dias Barroso	Vogal	442
José Avelino Vaz Souto	1ª Suplente	301
João Jorge Lopes e Silva	2º Suplente	287

Conselho Fiscal		
Nome	Cargo	Irmão
João Batista Branco Alves	Presidente	152
Paulo Jorge Miranda da Cruz	Vice-Presidente	426
Alberto Carvalho Martins	Secretário	132
António Maria Batista dos Santos	1º Suplente	47
João Paulo Branco Gonçalves Barroso	2º Suplente	415
Jorge Manuel Gonçalves Nogueira	3ª Suplente	435



Santa Casa da **Misericórdia de Montalegre**

Handwritten signature: Fernando Rodrigues

2. RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Exmos. Irmãos,

Passado um ano do início da terrível pandemia que afetou as pessoas, as instituições, a economia e a sociedade em geral e que condicionou as atividades e o funcionamento da Misericórdia, vem a Mesa Administrativa apresentar o Relatório de Atividades e a Conta de Gerência com todos os documentos elaborados pela empresa de contabilidade e pelo Revisor Oficial de Contas.

Apresentamos desde já os documentos essenciais da Instituição, o Organograma, o Mapa de Pessoal geral e a listagem dos Órgãos Sociais.

O Plano de 2020 reforçava os objetivos anteriores de consolidação tendo em conta a satisfação de uma boa e rigorosa funcionalidade em termos de recursos humanos, serviços, ações e enquadramento financeiro. E salienta-se a aposta na formação na qualidade dos serviços e na sua melhor prestação dos cuidados aos utentes.

O Plano referia uma série de iniciativas recorrentes e outras novas, sendo condicionado à realidade que durante o ano se verificasse.

Cumpru-se globalmente o planeamento das ações e levamos a cabo muitas obras de manutenção e conservação.

Mas a nossa principal ação estava focada na beneficiação geral das instalações, com muitos anos e degradadas. Preparamos projetos e candidaturas para renovação das instalações do Lar e da Creche, para eficiência energética que foram aprovadas e que corresponde, na prática, a um financiamento sem juros. Apresentamos uma candidatura ao PARES para remodelação interior do lar. Conseguimos instalar, sem custos para a Misericórdia, caldeira de gás natural na Creche e alterar os queimadores nas caldeiras do lar, o que permite a poupança de mais de 20.000,00 € ano.

Cumprimos para além da lei com a formação dos trabalhadores, mas persistem questões estruturais de financiamento que se agravaram com os custos da pandemia.

Com exigências técnicas cada vez maiores por parte das entidades da tutela, somos enfraquecidos financeiramente porque cumprimos normas que obrigam a um esforço suplementar e crescente sem que haja a indispensável contrapartida, o que leva as IPSS a degradarem as suas instalações, para além de praticarem salários mais baixos que no Estado.

E é neste quadro difícil que trabalhamos mas que, mesmo assim, vamos superando com trabalho positivo de todos.

Para além de tudo isto, cumprimos com as normas exigidas, debatemo-nos com alguns casos isolados de COVID-19 na UCC e com um surto no Lar que afetou os utentes e a maioria dos trabalhadores e que enfrentamos com o trabalho de todos os trabalhadores.

Montalegre, março de 2021

O Provedor

Fernando Rodrigues

RECURSOS HUMANOS

A Misericórdia é hoje responsável por 100 postos de trabalho, com uma grande variedade de categorias e qualificações.

Para além de toda a complexidade nesta área, a nossa ação obriga ainda a trabalho em três turnos, manhã, tarde e noite, incluindo fins-de-semana e feriados, o que torna muito difícil o enquadramento desta exigência e das normas legais, para além de dificuldades de conciliar interesses legítimos da vida pessoal e familiar e o trabalho.

Sabemos que é assim, mas fazemos tudo para encontrar sempre as melhores soluções para além do respeito pelos direitos e normas estabelecidas por lei.

O aumento do salário mínimo, que devemos reconhecer, trás dificuldades porque não há o justo aumento da comparticipação do Estado à Misericórdia. Há cinco anos era de 500,00 € e hoje é de 665,00 €. Uma grande melhoria mas que nos causa dois problemas: primeiro porque a Misericórdia não teve contrapartidas no financiamento para suportar este aumento; e em segundo porque o aumento apenas para este setor deixa desconforto nos quadros com mais anos que vê o seu salário ser absorvido por este aumento.

Mesmo não havendo aumentos legais de outra forma, a Misericórdia levou a cabo algumas correções salariais que, sendo insuficientes, coloca todos os funcionários acima da grelha salarial da União da Misericórdias.

E quando se fala de valor líquido que o trabalhador auferir é efetivamente pouco, mas o valor bruto, que a Misericórdia assume, representa perto do dobro dessa importância. Veja-se que só em despesas de pessoal contabilizou-se o valor de 1.247.068,89 €.

E que, para além do referido, a Misericórdia tem vindo a praticar regalias laborais para além da lei:

- A refeição (almoço ou jantar) é na Instituição e esse período conta como tempo no horário de trabalho (30 minutos);
- Para o pequeno-almoço, que a Misericórdia assume, há 15 minutos que também contam como horário de trabalho. E o mesmo acontece com o lanche.
- O trabalhador tem direito a uma hora de descanso no período de trabalho diário, mas por conta do trabalhador. Nós acordamos, como a lei admite, apenas meia hora, mas por conta da entidade patronal.
- Os feriados são pagos com acréscimo de 100% em vez de 50% determinados por lei.
- A tarde de 24 de dezembro é paga com acréscimo de 100% apesar de se tratar de horário normal.
- Estabelecemos um prémio a conceder a cada trabalhador aposentado pelo período de serviço (cerca de 500,00€)



ERPI

Como nos anos anteriores, melhoramos o serviço e as instalações.

As atividades de animação representam um leque de iniciativas regulares importantes na ocupação e socialização dos utentes.

Nesta valência temos 2 encarregadas, 14 ajudantes de lar, 15 auxiliares e duas enfermeiras, cumprindo por excesso o número exigido de trabalhadores.

Obras e equipamentos

- Mobiliário. Estamos a renovar gradualmente o equipamento antigo. Todos os anos compramos camas, mesas-de-cabeceira e poltronas.
- Arranjo de roupeiros e comodas
- Máquina de esterilizar
- Micro-ondas
- Dois Computadores. Mas um oferecido pelo Banco Santander
- Projetor e tela
- Televisões e antenas interiores para quartos
- Varinha mágica industrial
- 50 Caixotes do lixo
- 80 Tinas de higiene pessoal
- No lar fizemos pequenas obras de conservação como acesso às garagens e aplicação de inox na parede da cozinha.
- Adquirimos ainda barreiras acrílicas e postes divisores com fitas
- Renovamos o investimento em fardamento e calçado para o pessoal
- Projeto técnico e candidatura submetida ao NORTE 2020 para Eficiência Energética que contempla o isolamento da cobertura e paredes, caixilharias, painéis solares e sistema de aquecimento alimentado por gás natural.
- Projeto técnico e candidatura submetida ao PARES para renovação interior do lar (parte antiga).

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

O serviço de apoio domiciliário está a diminuir e poderá extinguir-se por falta de procura. As exigências da Segurança Social crescem e criam problemas a esta resposta social apesar de ser de pequena dimensão na estrutura da Misericórdia.

Apesar das dificuldades continuamos a prestar o serviço da melhor forma e temos vindo a enquadrar as exigências.

Temos duas viaturas afetas a este serviço, duas funcionárias e uma que cobre as folgas, fins-de-semana, mais serviço de cozinha, para além da lavandaria, pois o SAD compreende alimentação, tratamento de roupa e limpeza de casa, podendo acrescentar outros serviços à parte.

Renovamos o equipamento de distribuição de refeições com box e taparueres novos.



CRECHE

A creche passou vários anos muito abaixo da capacidade. A frequência no final do ano era de 29 crianças, numa capacidade de 42 (5 para berçário, 10 na sala 1 e 14 na sala 2). Durante o ano vai aumentando mas o decréscimo gradual pode vir a colocar graves dificuldades financeiras a esta valência.

Instalamos dois aparelhos de ar condicionado para reforçar o aquecimento do salão e adquirimos mobiliário novo (mesas de cabeceira). Renovamos o investimento com fardamento e calçado do pessoal.

Submetemos candidatura ao NORTE 2020 para Eficiência Energética que contempla isolamento de cobertura e paredes, caixilharias e sistema de aquecimento alimentado a gás natural., que já foi aprovada.

SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

A Rede Local de Intervenção Social – RLIS, prestava serviço que caberia à Segurança Social desempenhar. Temos três técnicos instalados na escola da pipela, mas prestamos serviço noutras freguesias e respondemos com deslocações quando há casos urgentes ou de necessidade imperiosa.

Foi celebrado um acordo com a Segurança Social para continuar esse serviço agora designado de SAAS, prevendo-se que essa competência passe para os municípios.

UCCI – Unidade de Cuidados Continuados Integrados

A exploração da UCC era problemática e com a pandemia as despesas agravaram-se e não houve compensação. Uma unidade igual a esta em Braga ou no Porto gasta menos 30.000,00 € de aquecimento por ano, e recebe o mesmo valor de financiamento. O financiamento é deficitário e este ano ainda houve a despesa extraordinária de cerca de 5.000,00 € mês em EPI'S.

No ano de 2019 inverteu-se o registo mas a UCC continua a ser uma valência muito exigente e problemática. Tem baixo financiamento, os utentes deixam dívidas difíceis de cobrar. Temos um quadro de pessoal de 43 funcionários, na sua maioria técnicos, para 40 utentes. E ainda nos confrontamos com os problemas das deficiências da obra.

Ainda não conseguimos fazer as obras de reparação das paredes e da tubagem de aquecimento que é da responsabilidade do empreiteiro. Entretanto tivemos que contestar uma ação do empreiteiro que pedia o pagamento do valor reclamado de cerca de 400.000,00 € depois da obra. Na nossa opinião, isso não tem qualquer viabilidade porque ninguém na Misericórdia encomendou ou autorizou essas obras, nem sequer existem. Mas já tivemos despesas jurídicas de mais de 20.000,00 €

Adquirimos divisórias acrílicas, postes divisores com fita, copos canecas, toalhas, taças e renovamos o investimento em fardamento e calçado do pessoal.

Fizemos alterações na copa da UCC para a tornar mais funcional e adquirimos nova máquina de lavar loiça.

APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2020

MESA ADMINISTRATIVA

O presente **Relatório de Atividades de 2020** foi apresentado, discutido e aprovado por unanimidade em reunião da Mesa Administrativa de 18 de abril de 2021.

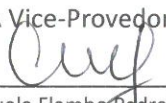
Montalegre, abril de 2021

O Provedor



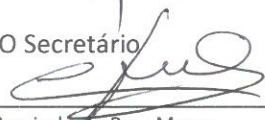
Fernando José Gomes Rodrigues

A Vice-Provedora



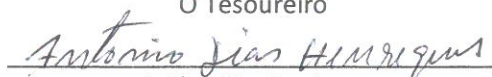
Maria Manuela Flambo Pedreira Carvalho

O Secretário



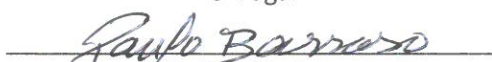
Alberto Armindo do Braz Moura

O Tesoureiro



António Dias Henriques

O Vogal

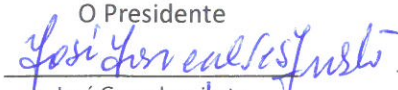


Paulo Jorge Dias Barroso

ASSEMBLEIA GERAL

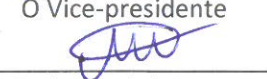
O presente **Relatório de Atividades de 2020** foi apresentado, discutido e aprovado em reunião da Assembleia Geral de 27 de Maio de 2021

O Presidente



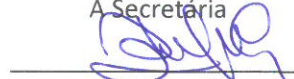
José Gonçalves Justo

O Vice-presidente



Paulo Jorge Dias Barroso

A Secretária



Maria Leonor Rodrigues



Santa Casa da **Misericórdia de Montalegre**

Paulo Barron

3. CONTAS 2020

A seguir anexamos o relatório de gestão, a conta de gerência, documentos contabilísticos relativamente à análise de gastos e rendimentos, balanço e demonstração de resultados e anexamos também a Proposta de Aplicação de Resultados com o Parecer do Conselho Fiscal.

Perdemos dezenas de milhares de euros com a pandemia. As contas de 2019 apresentavam saldo de 237.209,25 €. Em 2020 se não fosse o pagamento dos fundos comunitários da RLIS, correspondentes a anos anteriores, assim com valores da Câmara para a RLIS e para obras comprometidas e pagas da UCC, o saldo seria perto do negativo, o que significa perda de um ano para o outro de mais de 100.000,00 €.

Portanto, embora o saldo efetivo seja visível, não corresponde às contas de exploração exclusiva que foi, como se disse, muito penalizada pelas aquisições de material COVID. Fora isso as contas, gastos e receitas, seguiram as linhas anteriores, com um gasto de mais de 20.000,00 € de despesas jurídicas devido à ação da Norcep que reclama mais de 400.000,00 € de obras da UCC que não foram pedidas nem têm qualquer justificação.

De qualquer forma enfrentamos as dificuldades e não afundamos as contas da Misericórdia.

Para uma breve compreensão seguem as contas resumidamente.

- Receita: 2.875.336,44 €
- Despesa: 2.666.622,49 €
- Gastos com pessoal: 1.247.068,89 €
- Resultado liquido: 208.713,95 €
- Depreciações e amortizações: 224.967,36 €
- Passivo (empréstimo UCC): 1.340.096,88 €



Santa Casa da
Misericórdia de Montalegre

Handwritten signature: Rui Albuquerque

CONTAS DE GERÊNCIA 2020

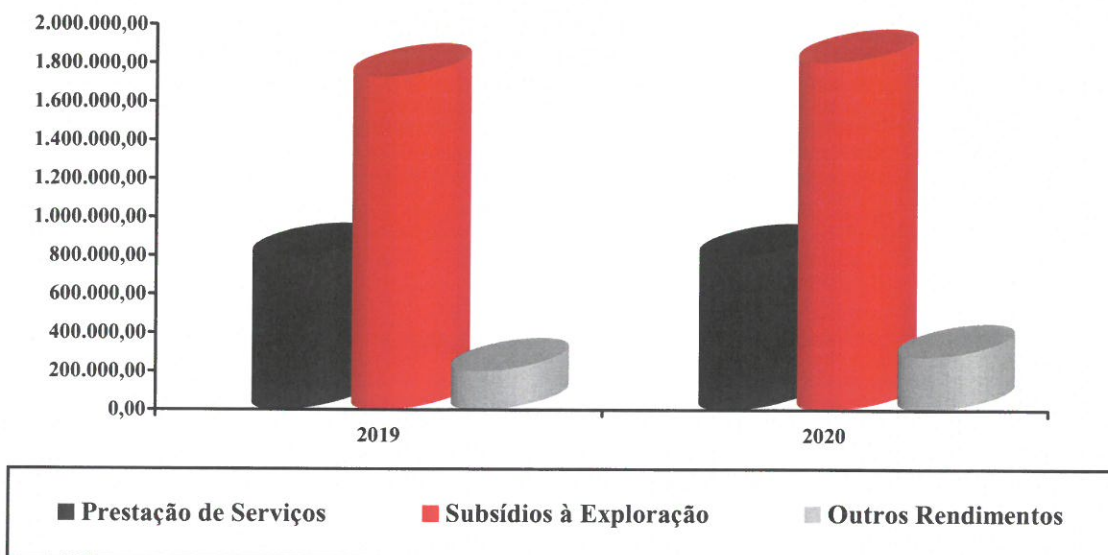


Santa Casa da Misericórdia de Montalegre

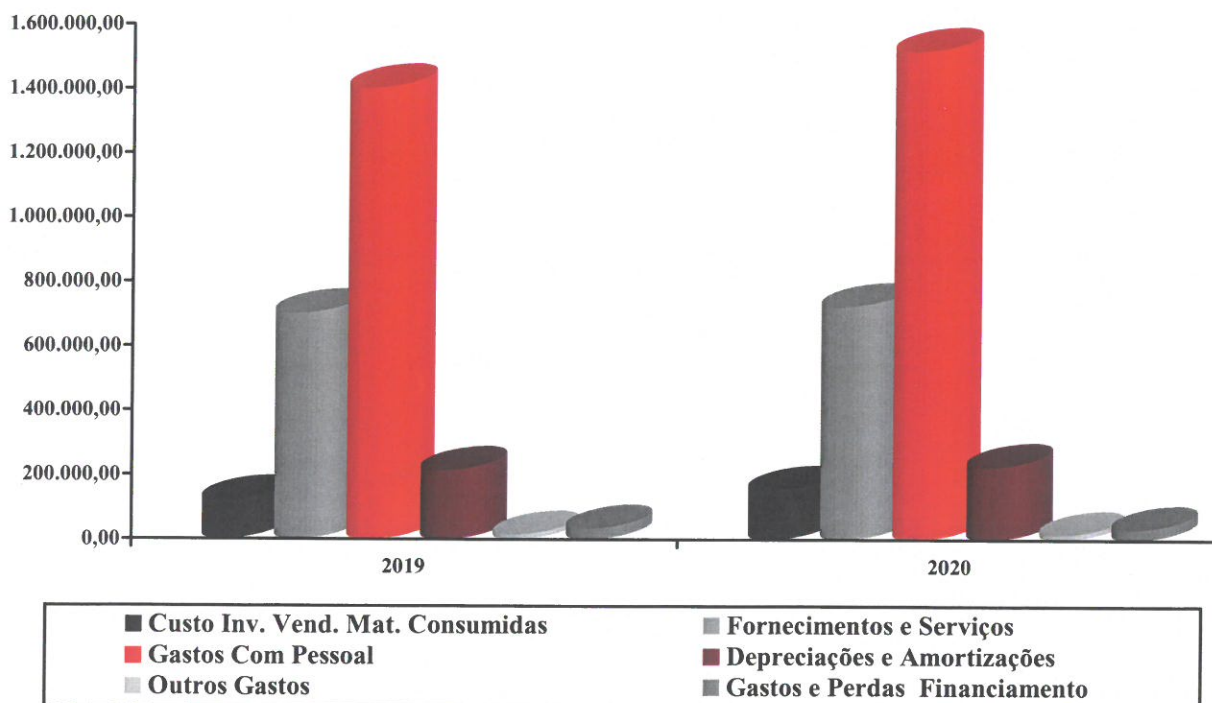
Handwritten signature and text:
L.
f.m.
c.m.
g.m.
Aguas
Paulo

GRÁFICOS COMPARATIVOS

RENDIMENTOS



GASTOS

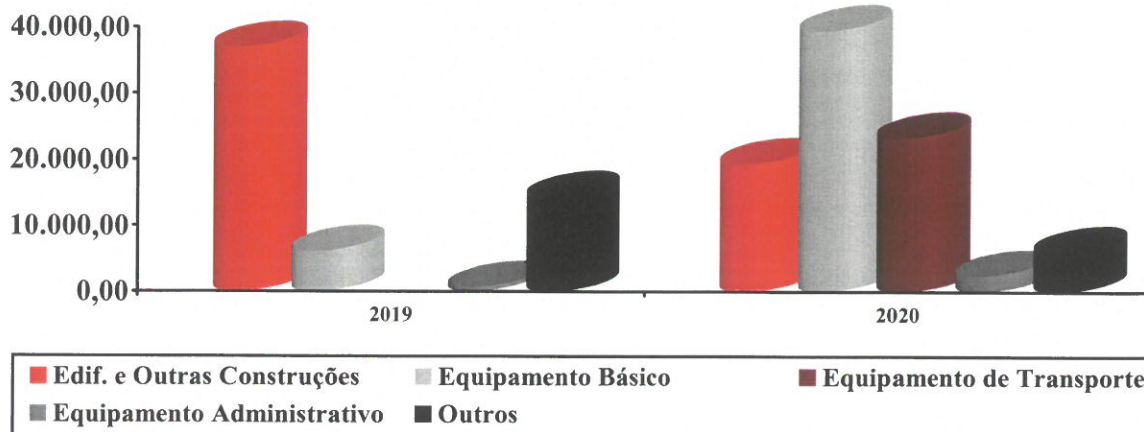




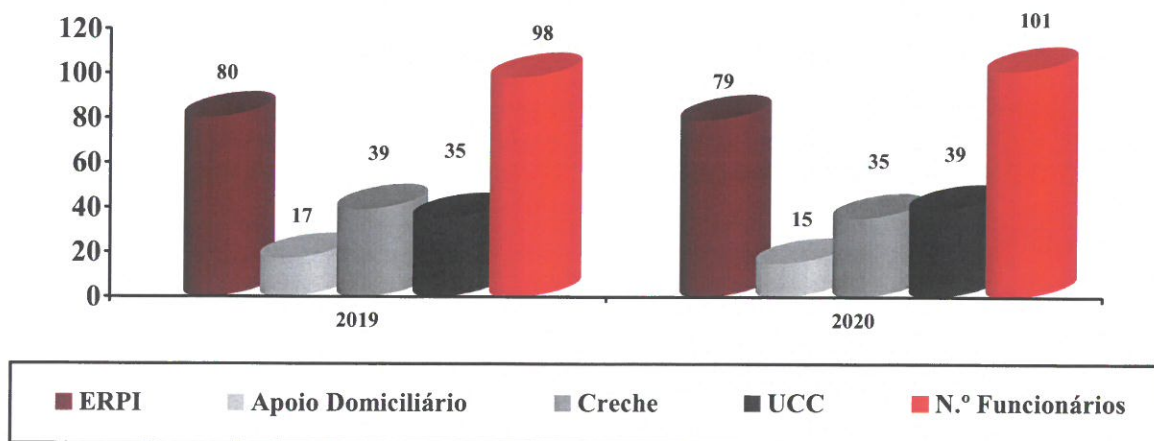
Santa Casa da Misericórdia de Montalegre

Handwritten signature and text:
Fm
Alves
Paulo Barros

INVESTIMENTOS



CLIENTES E TRABALHADORES





Descrição	Contas de Gerência		Variação	Orçamento	Variação
Gastos	2020 (A)	2019 (B)	A - B	2020 (D)	A - D
61. CMVMC					
- Géneros alimentares e outros	23.520,42 €	15.583,94 €	7.936,48 €	23.600,00 €	-79,58 €
- Medicamentos e consumíveis	129.448,76 €	104.606,53 €	24.842,23 €	120.900,00 €	8.548,76 €
Total 61	152.969,18 €	120.190,47 €	32.778,71 €	144.500,00 €	8.469,18 €
62. Fornecimentos e serviços externos					
- Subcontratos	210.280,44 €	205.225,49 €	5.054,95 €	209.300,00 €	980,44
- Trabalhos especializados	144.903,31 €	129.919,33 €	14.983,98 €	130.670,00 €	14.233,31 €
- Honorários	15.009,00 €	5.030,00 €	9.979,00 €	25.000,00 €	-9.991,00 €
- Publicidade e propaganda	1.235,29 €	1.653,37 €	-418,08 €	1.700,00 €	-464,71 €
- Vigilância e segurança	5.964,69 €	2.491,24 €	3.473,45 €	4.900,00 €	1.064,69 €
- Cons. reparação (edif., equip. e viaturas)	51.996,76 €	38.161,93 €	13.834,83 €	35.130,00 €	16.866,76 €
- Serviços bancários	120,10 €	127,13 €	-7,03 €	130,00 €	-9,90 €
- Outros serviços (p.eventual, art. decoração, e	40,00 €	81,90 €	-41,90 €	80,00 €	-40,00 €
- Ferramentas e utensílios	20.653,17 €	4.414,32 €	16.238,85 €	30.000,00 €	-9.346,83 €
- Material de escritório	7.219,57 €	6.843,73 €	375,84 €	7.300,00 €	-80,43 €
- Artigos p/ oferta	18,00 €	21,00 €	-3,00 €	40,00 €	-22,00 €
- Material didático	475,61 €	846,03 €	-370,42 €	480,00 €	-4,39 €
- Rouparia	22.591,88 €	19.664,40 €	2.927,48 €	24.000,00 €	-1.408,12 €
- Encargos de saúde utentes	286,76 €	161,62 €	125,14 €	480,00 €	-193,24 €
- Gases medicinais	15.871,22 €	15.332,68 €	538,54 €	19.000,00 €	-3.128,78 €
- Eletricidade	64.208,65 €	66.075,27 €	-1.866,62 €	63.000,00 €	1.208,65 €
- Combustíveis (gasolina, gasóleo, gás)	120.550,90 €	144.956,24 €	-24.405,34 €	155.750,00 €	-35.199,10 €
- Água	2.363,30 €	3.399,54 €	-1.036,24 €	1.000,00 €	1.363,30 €
- Deslocações e estadas	2.594,04 €	1.306,73 €	1.287,31 €	1.120,00 €	1.474,04 €
- Transporte pessoal e mercadorias		914,54 €	-914,54 €	450,00 €	-450,00 €
- Rendas e alugueres	1.506,37 €	6.819,46 €	-5.313,09 €	1.190,00 €	316,37 €
- Comunicação	9.257,79 €	8.622,32 €	635,47 €	9.330,00 €	-72,21 €
- Seguros	7.450,81 €	7.178,83 €	271,98 €	9.560,00 €	-2.109,19 €
- Contencioso e notariado	1.727,00 €	221,87 €	1.505,13 €	100,00 €	1.627,00 €
- Despesas de representação	794,00 €	1.386,10 €	-592,10 €	1.300,00 €	-506,00 €
- Higiene, limpeza e conforto	15.657,68 €	29.517,25 €	-13.859,57 €	33.200,00 €	-17.542,32 €
- Outros fornecimentos e serviços		40,00 €	-40,00 €		
Total 62	722.776,34 €	700.412,32 €	22.364,02 €	764.210,00 €	-41.433,66 €
63. Gastos com o pessoal					
- Vencimentos	1.247.068,89 €	1.165.241,97 €	81.826,92 €	1.262.000,00 €	-14.931,11 €
- Encargos com segurança social	230.611,31 €	218.777,16 €	11.834,15 €	239.000,00 €	-8.388,69 €
- Seguros de acidentes no trabalho	16.606,09 €	11.953,84 €	4.652,25 €	15.915,00 €	691,09 €
- Outros gastos com pessoal	24.471,17 €	5.776,50 €	18.694,67 €	10.690,00 €	13.781,17 €
Total 63	1.518.757,46 €	1.401.749,47 €	117.007,99 €	1.527.605,00 €	-8.847,54 €
64. Gastos de depreciações e amortiz.	224.967,36 €	213.358,16 €	11.609,20 €	225.000,00 €	-32,64 €
66. Perdas por redução de justo valor	194,64 €	0,03 €	194,61 €		
68. Outros gastos e perdas					
- Impostos e taxas	802,17 €	700,00 €	102,17 €	900,00 €	-97,83 €
- Correções rel. períodos anteriores	11.408,69 €	10.119,65 €	1.289,04 €	9.100,00 €	2.308,69 €
- Quotizações	2.600,00 €	2.600,00 €		2.800,00 €	-200,00 €
- Multas	2,22 €	850,50 €	-848,28 €		2,22 €
- Outros não especificados	62,13 €		62,13 €		62,13 €
Total 68	14.875,21 €	14.270,15 €	605,06 €	12.800,00 €	2.075,21 €
6					

A Mesa Administrativa

[Handwritten signature]

Rua General Humberto Delgado, n.º 15
5470-247 Montalegre
Tel. : 276 512 266
fax : 276 512 266

[Handwritten signature: Paulo Barro]

O Contabilista Certificado

Luis Leite

CC n° 39242

Análise de Gastos e Rendimentos

Descrição	Contas de Gerência		Variação	Orçamento	Variação
Gastos	2020 (A)	2019 (B)	A - B	2020 (D)	A - D
71. Vendas de mercadorias					
72. Prestação de serviços					
- Quotas dos Utilizadores					
- Infância e Juventude					
- Creche	38.231,98 €	48.725,06 €	-10.493,08 €	43.500,00 €	-5.268,02 €
- Terceira Idade					
- ERPI	566.968,42 €	545.745,45 €	21.222,97 €	567.600,00 €	-631,58 €
- Apoio domiciliário	24.804,98 €	25.900,54 €	-1.095,56 €	26.200,00 €	-1.395,02 €
- Unidade de cuidados continuados	148.437,79 €	154.489,14 €	-6.051,35 €	140.000,00 €	8.437,79 €
- Quotizações e jóias	2.352,00 €	2.450,00 €	-98,00 €	2.200,00 €	152,00 €
- Outras prestações de serviços	12.623,63 €	15.386,00 €	-2.762,37 €	9.600,00 €	3.023,63 €
Total 72	793.418,80 €	792.696,19 €	722,61 €	789.100,00 €	4.318,80 €
75. Subsídios à exploração					
- Infância e Juventude					
- Creche	132.659,28 €	127.075,68 €	5.583,60 €	137.000,00 €	-4.340,72 €
- Terceira Idade					
- ERPI	404.404,44 €	383.004,39 €	21.400,05 €	404.000,00 €	404,44 €
- Apoio Domiciliário	54.937,45 €	54.195,63 €	741,82 €	57.000,00 €	-2.062,55 €
- Cantina Social		2.262,50 €	-2.262,50 €		
- UCCI - Seg. Social	285.700,22 €	278.050,31 €	7.649,91 €	292.500,00 €	-6.799,78 €
- UCCI - ARS	594.622,62 €	597.796,03 €	-3.173,41 €	585.000,00 €	9.622,62 €
- IEFP	19.126,68 €	3.537,66 €	15.589,02 €	8.000,00 €	11.126,68 €
- POISE - RLIS	16.185,12 €	5.940,00 €	10.245,12 €	80.000,00 €	-63.814,88 €
- Segurança Social - Layoff	643,50 €		643,50 €	1.000,00 €	-356,50 €
- Segurança Social - Adaptar Social +	7.906,35 €		7.906,35 €		7.906,35 €
- Autarquias	290.000,00 €	276.000,00 €	14.000,00 €	290.000,00 €	
Total 75	1.806.185,66 €	1.727.862,20 €	78.323,46 €	1.854.500,00 €	-48.314,34 €
76\7. Reversões/ganhos aumento justo valor	0,55 €	69,70 €	-69,15 €		0,55 €
78. Outros rendimentos e ganhos					
- Participação de energia	1.240,60 €	1.060,99 €	179,61 €	1.250,00 €	-9,40 €
- Descontos de p. pagamento obtidos	53,38 €	177,60 €	-124,22 €	40,00 €	13,38 €
- Imputação de subs. para investimentos	87.151,44 €	87.151,44 €		87.150,00 €	1,44 €
- Benefícios pen. contratuais	57,50 €	5,00 €	52,50 €	50,00 €	7,50 €
- Donativos	4.403,45 €	3.503,58 €	899,87 €	7.400,00 €	-2.996,55 €
- Correções rel. períodos anteriores	80.734,60 €	6.511,06 €	74.223,54 €	3.200,00 €	77.534,60 €
- Fraldas (ERPI)	16.549,09 €	17.928,85 €	-1.379,76 €	16.000,00 €	549,09 €
- Subsídio de refeição em espécie	84.808,08 €	82.385,10 €	2.422,98 €	89.000,00 €	-4.191,92 €
- Outros não especificados	733,29 €	947,00 €	-213,71 €	100,00 €	633,29 €
Total 78	275.731,43 €	199.670,62 €	76.060,81 €	204.190,00 €	71.541,43 €
79. Juros, dividendos o. rendimentos simil.					
Total Rendimentos	2.875.336,44 €	2.720.298,71 €	155.037,73 €	2.847.790,00 €	27.546,44 €

Resultado (Rendimentos-Gastos)	208.713,95 €	237.209,25 €	-28.495,30 €	143.025,00 €	65.688,95 €
--	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	--------------------

Variação de Utentes		
Respostas Sociais	2020	2019
Infância e Juventude		
Creche	35	39
ATL		
Terceira Idade		
ERPI	79	80
Apoio Domiciliário	15	17
Unidade Cuidados Continuados	39	35

Variação do Pessoal	
Anos	Funcionários
2020	101
2019	98

Investimentos		
	2020	2019
Edifícios	19.310,42 €	36.840,69 €
Equipamento Básico	39.444,28 €	6.061,44 €
Equipamento Administrativo	2.437,30 €	641,08 €
Equipamento Transporte	23.300,00 €	641,08 €
Outros	6.077,64 €	14.346,01 €
Total	90.569,64 €	58.530,30 €


 Francisco António



EUR

Balanço Individual em 31-12-2020

RUBRICAS	NOTAS	Data	
		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	5.041.580,32	5.158.781,50
Ativos intangíveis	5	19.214,42	36.410,96
Investimentos financeiros	6	12.127,28	8.656,74
		5.072.922,02	5.203.849,20
Ativo corrente			
Inventários	7.1	66.290,42	8.221,10
Créditos a receber	13.2; 13.5	148.800,16	149.769,60
Estado e outros entes públicos	13.3	5.084,34	7.742,64
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/m	13.2	2.596,00	1.521,00
Outros ativos correntes	13.2; 13.4	111.048,68	55.500,79
Diferimentos	13.6	9.343,86	11.624,49
Caixa e depósitos bancários	13.1	515.134,17	440.790,33
		858.297,63	675.169,95
Total do ativo		5.931.219,65	5.879.019,15
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	10.2	240.804,23	240.804,23
Resultados transitados	10.2	1.018.623,93	781.414,68
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	10.2	2.691.879,06	2.779.030,50
		3.951.307,22	3.801.249,41
Resultado líquido do período		208.713,95	237.209,25
Total do Fundo Patrimonial		4.160.021,17	4.038.458,66
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	10.1	1.340.096,88	1.455.618,52
		1.340.096,88	1.455.618,52
Passivo corrente			
Fornecedores	13.2; 13.4	48.678,74	23.135,46
Estado e outros entes públicos	13.3	38.122,82	36.555,24
Financiamentos obtidos	10.1	132.116,82	124.451,93
Diferimentos	13.6	12.952,42	3.537,66
Outros passivos correntes	13.3; 13.5	199.230,80	197.261,68
		431.101,60	384.941,97
Total do passivo		1.771.198,48	1.840.560,49
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5.931.219,65	5.879.019,15

A Mesa Administrativa


Paulo Barros

O Contabilista Certificado


Luís Leite
CC n.º 39242



EUR

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do Período Findo em 31-12-2020

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	8	793.418,80	792.696,19
Subsídios, doações e legados à exploração	9.1	1.806.185,66	1.727.862,20
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7.1	-152.969,18	-120.190,47
Fornecimentos e serviços externos	13.7	-722.776,34	-700.412,32
Gastos com o pessoal	11.1	-1.518.757,46	-1.401.749,47
Aumentos/reduções de justo valor		-194,09	69,67
Outros rendimentos	13.1	275.731,43	199.670,62
Outros gastos	13.8	-14.875,21	-14.270,15
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		465.763,61	483.676,27
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-224.967,36	-213.358,16
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		240.796,25	270.318,11
Juros e gastos similares suportados	13.9	-32.082,30	-33.108,86
Resultado antes de impostos		208.713,95	237.209,25
Resultado líquido do período		208.713,95	237.209,25

A Mesa Administrativa

[Handwritten signatures of the Administrative Board members]

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature of Luís Leite]

Luís Leite
CC n.º 39242



EUR

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa período Findo em 31 de dezembro de 2020

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e utentes		814.265,16	799.610,98
Recebimentos de subvenções		1.436.695,83	1.403.347,45
Pagamentos a fornecedores		-969.866,16	-913.848,43
Pagamentos ao pessoal		-1.399.972,29	-1.304.203,03
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		-118.877,46	-15.093,03
Outros Recebimentos/Pagamentos		12.264,83	30.156,49
<i>Fluxos das atividades operacionais (1)</i>		-106.612,63	15.063,46
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-65.338,45	-58.469,84
Ativos fixos intangíveis			-30.196,50
Recebimentos provenientes de:			
<i>Fluxos das atividades de investimento (2)</i>		-65.338,45	-88.666,34
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios e doações		405.325,01	304.703,08
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-128.187,28	-121.989,71
Juros e gastos similares		-30.842,81	-33.106,93
<i>Fluxos de atividades de financiamento (3)</i>		246.294,92	149.606,44
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		74.343,84	76.003,56
Caixa e seus equivalentes no início do período	13.1	440.790,33	364.786,77
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13.1	515.134,17	440.790,33

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado

Luís Leite
C C n.º 39242



Santa Casa da Misericórdia de Montalegre

Irmandade Santa Casa Misericórdia de Montalegre

Demonstração (individual ou consolidada) das alterações no capital próprio no período 2019															EUR	
DESCRIÇÃO		NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses minoritários	Total do Capital Próprio		
			Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio			Resultado líquido do período	Total
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019		1	240.804,23								877.182,85	2.866.181,94	-56.020,10	4.805.331,77		4.805.331,77
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																
Primeira adoção de novo referencial contabilístico																
Alterações de políticas contabilísticas																
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis																
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações																
Ajustamentos por impostos diferidos																
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								-95.768,17			-87.151,44	56.020,10	-126.899,51		-126.899,51	
2								-95.768,17			-87.151,44	56.020,10	-126.899,51		-126.899,51	
3																
4=2+3																
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO																
RESULTADO INTEGRAL																
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																
Realizações de capital																
Realizações de prêmios de emissão																
Distribuições																
Entradas para cobertura de perdas																
Outras operações																
5																
6=1+2+3+5			240.804,23					781.414,68			877.182,85	2.779.030,50	237.209,25	4.915.641,51		4.915.641,51

Irmandade Santa Casa Misericórdia de Montalegre

Demonstração (individual ou consolidada) das alterações no capital próprio no período 2020															Moeda: EUR
Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe															
DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1	240.804,23						781.414,68			2.779.030,50	237.209,25	4.038.458,66		4.038.458,66
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adoção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio															
	2							237.209,25			-87.151,44	-237.209,25	-87.151,44		-87.151,44
	3							237.209,25			-87.151,44	-237.209,25	-87.151,44		-87.151,44
	4=2+3											208.713,95	208.713,95		208.713,95
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO															
RESULTADO INTEGRAL															
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital															
Realizações de prêmios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
	5														
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	6=1+2+3+5	240.804,23						1.018.623,93			2.691.879,06	208.713,95	4.160.021,17		4.160.021,17

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Paulo Bani'.

**ANEXO
(Período 2020)**

1 – Identificação da entidade

1.1 – Designação da entidade

Irmandade da Santa Casa Misericórdia de Montalegre

NIPC 501 745 963

1.2 – Sede

Rua General Humberto Delgado, n.º 473

5470-247 Montalegre

1.3 – Natureza da atividade

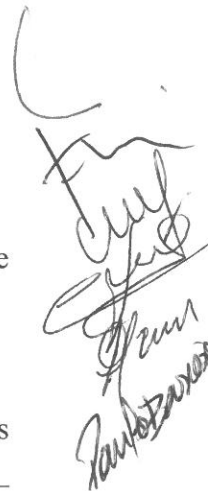
A Irmandade da Santa Casa Misericórdia de Montalegre é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), que tem como atividade principal o apoio social a idosos com alojamento (ERPI).

Dispõe, também, de uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados, com internamento de média e longa duração, bem como a Resposta Social de Apoio Domiciliário e Creche.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso n.º 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho. No Anexo daquele Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso nº 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI).

Handwritten signature and stamp in the top right corner of the page.

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

3 – Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 – Principais políticas contabilísticas

3.1.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1.1.1 – Continuidade

Apesar do atual cenário de incerteza sobre a evolução da pandemia de Covid-19 em Portugal e no resto do mundo, é convicção da Mesa Administrativa que os efeitos negativos desta situação, a existirem, não colocarão em causa a continuidade das suas atividades, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020.

Assinala-se que, para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.



Handwritten signature and initials in blue ink.

3.1.1.2 – Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”.

3.1.1.3 – Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

3.1.1.4 – Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.1.5 – Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.1.6 – Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior, respeitando o princípio da continuidade da entidade.

As políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.1.2 – Outras políticas contabilísticas (mensuração e reconhecimento)

3.1.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual, dependendo das circunstâncias, corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado das revalorizações efetuadas até aquela data foram creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos fundos patrimoniais da entidade

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Sendo que algumas classes de ativos fixos tangíveis estão mensurados ao modelo de revalorização.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e out. construções	50
Equipamento básico	1 a 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	1 a 6
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 8

C
Fm
Cm
Cm
Paulo Barros



For
Oyuf
C. 2013
H. 2013
Paulo Zorn

Os terrenos não são depreciados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.1.2.2 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em estado de uso, pelo método de linha reta, numa base de duodécimos, durante um período de 6 anos para os programas de computador e 10 anos nos bens registados em propriedade industrial.

3.1.2.3 – Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros existentes no Balanço são outros investimentos financeiros que não correspondem a participações no capital de outras empresas, dizem respeito ao Fundo de Compensação de Trabalho e Fundos de Reestruturação do Setor Social.

3.1.2.4 – Imparidade de ativos

À data do balanço a entidade avalia se há algum indício de que o ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida como rendimento na demonstração dos resultados e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.1.2.5 – Inventários

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo: estes inventários encontram-se valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.

O custo destes inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o crédito é reconhecido.

3.1.2.6 – Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

3.1.2.7 – Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado não terem implícitos juros. São apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

ii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Handwritten signature and initials in the top right margin.



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Paulo Branco'.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

v) Outros instrumentos financeiros

Os “outros instrumentos financeiros” evidenciados no balanço correspondem todos os instrumentos financeiros que não sejam caixa ou depósitos bancários e são mensurados ao justo valor, cujas alterações estão reconhecidas na demonstração de resultados.

3.1.2.8 – Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.

3.1.2.9 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos como componente dos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas em cada período e/ou durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios que se destinam à exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “subsídios, doações e legados à exploração” da

demonstração dos resultados a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento.

3.1.2.10 – Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável bem como as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados conforme o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.1.2.11 – Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.1.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano 2021.

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

Handwritten signature and stamp in the top right corner, likely indicating approval or audit.



Handwritten signature and initials in blue ink.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas

As alterações verificadas nas políticas contabilísticas resultaram das alterações introduzidas na NCRF-ESNL, por via da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho e da legislação posteriormente publicada que o complementa. No caso concreto, tais alterações repercutiram-se na contabilização das Propriedades de Investimento, as quais foram reclassificadas em Ativos Fixos Tangíveis, e sobre a forma de contabilizar os rendimentos decorrentes desses Ativos. E alterações dos modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;

3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos em períodos futuros.

4 – Ativos fixos tangíveis

Ver ponto 3.1.2.1 na nota 3 deste anexo

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas (agregada com perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos fixos tangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2018	Adições	Alienações /abates	2019	Adições	Alienações /abates	2020
Terrenos e recursos naturais	59.629,30			59.629,30			59.629,30
Edifícios e outras construções	6.806.056,76	36.840,69	-0,45	6.842.897,00	19.310,42		6.862.207,42
Equipamento básico	712.915,58	6.061,44		718.977,02	39.444,28		758.421,30
Equipamento de transporte	162.721,32			162.721,32	23.300,00		186.021,32
Equipamento administrativo	116.274,95	641,08		116.916,03	2.437,30		119.353,33
Outros ativos fixos tangíveis	161.613,72	14.346,01		175.959,73	6.077,64		182.037,37
Ativos fixos tangíveis em curso	2.731,75			2.731,75			2.731,75
Sub-total	8.021.943,38	57.889,22	-0,45	8.079.832,15	90.569,64		8.170.401,79
Depreciações e perdas por imparidade	2018	Adições	Alienações /abates	2019	Adições	Alienações /abates	2020
Edifícios e outras construções	1.932.054,30	132.629,24	-49,02	2.064.634,52	133.299,21		2.197.933,73
Equipamento básico	435.339,21	49.582,04	-0,01	484.921,24	52.641,18		537.562,42
Equipamento de transporte	162.721,32			162.721,32	4.854,17		167.575,49
Equipamento administrativo	64.844,22	9.437,16		74.281,38	8.654,06		82.935,44
Outros ativos fixos tangíveis	123.025,60	11.466,59		134.492,19	8.322,20		142.814,39
Sub-total	2.717.984,65	203.115,03	-49,03	2.921.050,65	207.770,82		3.128.821,47
Quantias líquidas escrituradas	5.303.958,73	-145.225,81	48,58	5.158.781,50	-117.201,18		5.041.580,32

5 – Ativos intangíveis

Ver ponto 3.1.2.2 na nota 3 deste anexo

A quantia bruta escriturada, as amortizações acumuladas (agregada com as perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos intangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2018	Adições	Alienações /abates	2019	Adições	Alienações /abates	2020
Trespasse (goodwill)							
Projetos de desenvolvimento	158.448,17	27.545,75		185.993,92			185.993,92
Programas de computador	7.788,18			7.788,18			7.788,18
Outros ativos intangíveis	1.660,50			1.660,50			1.660,50
Sub-total	167.896,85	27.545,75		195.442,60			195.442,60
Amortizações e perdas por imparidade	2018	Adições	Alienações /abates	2019	Adições	Alienações /abates	2020
Projetos de desenvolvimento	140.031,81	9.689,69		149.721,50	17.058,00		166.779,50
Programas de computador	7.788,18			7.788,18			7.788,18
Outros ativos intangíveis	968,52	553,44		1.521,96	138,54		1.660,50
Sub-total	148.788,51	10.243,13		159.031,64	17.196,54		176.228,18
Quantias líquidas escrituradas	19.108,34	17.302,62		36.410,96	-17.196,54		19.214,42

6 – Investimentos financeiros

Ver ponto 3.1.2.3 na nota 3 deste anexo

Entidades	2018	Aumentos	Diminuições	2019	Aumentos	Diminuições	2020
Fundo Compensação Trabalho	4.093,21	4.700,24	669,24	8.124,21	5.020,50	1.549,96	11.594,75
FRSS	532,53			532,53			532,53
Total	4.625,74	4.700,24	669,24	8.656,74	5.020,50	1.549,96	12.127,28

7 – Inventários

Ver ponto 3.1.2.5 na nota 3 deste anexo

7.1 – As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;

Os inventários são valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

b) A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade;

Handwritten signature and name:
Fung
C. S. S.
Paulo Barros



Handwritten signature and initials in blue ink.

Quantias escrituradas de inventários	2020	2019
Mercadorias	20.186,82	717,80
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	46.103,60	7.503,30
Total	66.290,42	8.221,10

c) A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	2020			2019		
	Mercadorias	Mat-primas, sub., consumo	Total	Mercadorias	Mat-primas, sub., consumo	Total
Inventários no começo do período	717,80	7.503,30	8.221,10	728,16	3.523,94	4.252,10
Compras	8.631,37	197.832,47	206.463,84	15.573,58	108.585,89	124.159,47
Regularizações	18.850,30	-14.275,64	4.574,66			
Inventários no fim do período	20.186,82	46.103,60	66.290,42	717,80	7.503,30	8.221,10
CMVMC	8.012,65	144.956,53	152.969,18	15.583,94	104.606,53	120.190,47

8 – Rédito

Ver ponto 3.1.2.8 na nota 3 deste anexo

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Réditos reconhecidos no período	2020	2019
Prestação de serviços	793.418,80	792.696,19
Total	793.418,80	792.696,19

9 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo

Ver ponto 3.1.2.9 na nota 3 deste anexo

9.1 – Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios atribuídos pelo Estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como componente dos fundos patrimoniais, sendo imputados aos rendimentos do período na proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período.

	2020	2019
Imputação de sub. para investimentos	87.151,44	87.151,44

Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se apresentados na demonstração de resultados como rendimento do período.

Handwritten signature and name: Paulo Barros

Entidades	2020	2019
CDSS - Acordos	877.701,39	844.588,51
CDSS - Adaptar Social +	7.906,35	
CDSS - Medida Ap à Família	643,50	
Administração Regional de Saúde	594.622,62	597.796,03
IEFP	19.126,68	3.537,66
POISE - RLIS	16.185,12	5.940,00
Autarquias	290.000,00	276.000,00
Total	1.806.185,66	1.727.862,20

10 – Instrumentos financeiros

10.1 – Financiamentos obtidos

Ver ponto ii) 3.1.2.7 na nota 3 deste anexo

Financiamentos obtidos	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
2019				
CA Empréstimo n.º 56051116875	124.451,93	522.087,04	933.531,48	1.580.070,45
Total	124.451,93	522.087,04	933.531,48	1.580.070,45
2020				
CA Empréstimo n.º 56051116875	126.963,90	674.310,11	654.344,51	1.455.618,52
RCI Banke n.º 20650188001	5.152,92	11.442,26		16.595,18
Total	132.116,82	685.752,37	654.344,51	1.472.213,70
Varição (2020-2019)	7.664,89	163.665,33	-279.186,97	-107.856,75

10.2 – Fundos patrimoniais

Rubricas dos Fundos Patrimoniais	2018	Aumentos	Reduções	2019	Aumentos	Reduções	2020
Fundos líquidos	240.804,23			240.804,23			240.804,23
Resultados transitados	877.182,85	997,45	-96.765,62	781.414,68	237.209,25		1.018.623,93
Ajustamentos emativos financeiros							
Outras variações no fundo patrimonial	2.866.181,94		-87.151,44	2.779.030,50		-87.151,44	2.691.879,06
Resultado líquido	-56.020,10	293.229,35		237.209,25	208.713,95	-237.209,25	208.713,95
Total	3.928.148,92	294.226,80	-183.917,06	4.038.458,66	445.923,20	-324.360,69	4.160.021,17



*Função
Assessor
Paula Soares*

11 – Benefícios dos empregados

Ver ponto 3.1.2.10 na nota 3 deste anexo

11.1 – Número médio de empregados

Vínculo	Início ano	Admissões	Demissões	Final ano
Efetivos	82	5	2	85
Termo certo	10	3	3	10
Termo incerto	6	5	1	10
Total	98	13	6	105
Número médio				101

Gastos com pessoal	2020	2019
Órgãos Sociais:	29.211,63	27.975,80
Remunerações	24.561,51	23.576,80
Encargos seg. social	4.650,12	4.399,00
Funcionários:	1.448.468,57	1.355.198,30
Remunerações	1.134.661,92	1.051.839,30
Subsídio de alimentação	87.845,46	89.359,91
Encargos seg. social	225.961,19	213.999,09
Seguros	16.606,09	11.953,84
Outros	24.471,17	6.621,53
Total	1.518.757,46	1.401.749,47

11.2 – Órgãos sociais

O número de membros dos órgãos sociais ascende a 17, entre membros efetivos e suplentes, de acordo com a Ata da Mesa Administrativa n.º 1/2020 de 17 de janeiro de 2020.

11.3 – Número médio de voluntários

Não existem

12 – Divulgações exigidas por diplomas legais

12.1 – Dando cumprimento ao estipulado no art.º 210.º do código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Mesa Administrativa informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados.

12.2 – A Mesa Administrativa informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em mora.

12.3 – A 31 de dezembro de 2020 não existiam salários em dívida aos funcionários.

12.4 – Os honorários do Revisor Oficial de Contas, para 2020, são de 5.904,00€.

13 – Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 – Fluxos de caixa

Ver alíneas iv) e v) do ponto 3.1.2.7 da nota 3 deste anexo

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos	2020	2019
Caixa	951,19	3.747,87
Depósitos à ordem	514.182,98	437.042,46
Total	515.134,17	440.790,33

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho.

13.2 – Clientes, utentes, fornecedores, fundadores e instituidores

	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida
Ativos	2020			2019		
Créditos a receber	148.800,16		148.800,16	149.769,60		149.769,60
Irmãos	2.596,00		2.596,00	1.521,00		1.521,00
Outros ativos correntes	111.048,68		111.048,68	55.500,79		55.500,79
Total	262.444,84		262.444,84	206.791,39		206.791,39
Passivos	2020			2019		
Fornecedores	48.678,74		48.678,74	23.135,46		23.135,46
Fornecedores de investimentos	1.430,00		1.430,00	1.430,00		1.430,00
Outros passivos correntes	197.800,80		197.800,80	195.831,68		195.831,68
Total	247.909,54		247.909,54	220.397,14		220.397,14



De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço a rubrica “Clientes/Utentes” no balanço passou a designar-se “Créditos a Receber”.

13.3 – Estado e outros entes públicos

Estado e Outros Entes Públicos	2020	2019
Ativo		
EOEP - IVA	5.084,34	7.742,64
Total	5.084,34	7.742,64
Passivo		
EOEP - Imposto s/ rendimento	8.728,61	7.693,08
EOEP - Segurança Social	27.359,37	25.493,91
EOEP - Outros	431,28	430,68
Total	38.122,82	36.555,24

13.4 – Outros ativos/passivos correntes

Outras contas a receber/pagar	2020	2019
Ativo - Outros créditos a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos	90.049,35	49.718,95
IEFP	14.462,59	5.776,23
Fornecedores saldo devedor	2.583,57	5,61
ISS - Adaptar Social +	3.953,17	
Total	111.048,68	55.500,79
Passivo - Outros passivos correntes		
Remunerações a pagar	82,01	
Credores por acréscimos de gastos	197.718,79	195.831,68
Fornecedores de investimentos	1.430,00	1.430,00
Total	199.230,80	197.261,68

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço.

13.5 – Devedores e credores por acréscimos

Acréscimos	2020	2019
Ativo - Acréscimos de rendimentos		
Faturação UCCI	87.730,70	49.718,95
Consumíveis	2.318,65	
Total	90.049,35	49.718,95
Passivo - Acréscimos de gastos		
Trabalhos especializados a liquidar	2.725,79	4.050,00
Férias e Sub. Férias a liquidar	182.474,36	180.451,18
Eletricidade, água, comunicação a liquidar	12.518,64	11.025,50
PEA/Cantina Social		305,00
Total	197.718,79	195.831,68

Handwritten signature and stamp:
 [Signature]
 [Stamp: Paulo Zanoni]

13.6 – Diferimentos

Diferimentos	2020	2019
Ativo - Gastos a reconhecer		
Seguros	9.343,86	8.947,89
Gestão Manutenção (Solar térmico)		2.236,52
Plataforma AcinGov		440,08
Total	9.343,86	11.624,49
Passivo - Rendimentos a reconhecer		
IEFP	12.952,42	3.537,66
Total	12.952,42	3.537,66



Handwritten signature and initials in blue ink.

13.7 – Fornecimentos e serviços externos

FSE	2020	2019
Subcontratos	210.280,44	205.225,49
Trabalhos especializados	144.903,31	129.919,33
Publicidade e propaganda	1.235,29	1.653,37
Vigilância e segurança	5.964,69	2.491,24
Honorários	15.009,00	5.030,00
Conservação e reparação - Edif. e o. const.	39.241,59	32.329,58
Conservação e reparação - Eq. Básico	7.796,36	3.005,62
Conservação e reparação - Eq. transporte	4.958,81	2.826,73
Serviços bancários	120,10	127,13
Ferramentas e utensílios	20.653,17	4.414,32
Material de escritório	7.219,57	6.843,73
Eletricidade	64.208,65	66.075,27
Combustíveis	120.550,90	144.956,24
Água	2.363,30	3.399,54
Deslocações e estadas	1.915,62	1.306,73
Rendas e alugueres	1.506,37	6.819,46
Comunicação	9.257,79	8.622,32
Seguros	7.450,81	7.178,83
Contencioso e notariado	1.727,00	221,87
Despesas de representação	794,00	1.386,10
Limpeza, higiene e conforto	15.657,68	29.517,25
Outros FSE	39.961,89	37.062,17
Total	722.776,34	700.412,32

13.8 – Outros gastos

Outros gastos	2020	2019
Taxas	802,17	700,00
Correções de períodos anteriores	11.408,69	10.119,65
Quotizações	2.600,00	2.600,00
Multas e penalidades	2,22	850,50
Outros	62,13	
Total	14.875,21	14.270,15

13.9 – Gastos e perdas de financiamento

Ver ponto 3.1.2.6 na nota 3 deste anexo

Gastos e perdas de financiamento	2020	2019
Juros suportados	31.902,30	32.928,86
Despesas bancárias e comissões	180,00	180,00
Total	32.082,30	33.108,86

13.10 – Outros rendimentos

Outros rendimentos	2020	2019
Descontos p.p. obtidos	53,38	177,60
Correções de períodos anteriores	80.734,60	6.511,06
Imputação de subs. ao investimento	87.151,44	87.151,44
Comparticipação energia	1.240,60	1.060,99
Reposição do subsidio refeição em espécie	84.808,08	82.385,10
Aluguer da casa mortuária	75,00	
Donativos	4.403,45	3.503,58
Fraldas	16.549,09	17.928,85
Outros	715,79	952,00
Total	275.731,43	199.670,62

Nota: Correções de períodos anteriores 2020, inclui o montante de 77.601,66€ relativo ao recebimento, em 2020, de apoios do POISE-RLIS de períodos anteriores (2017-2019)

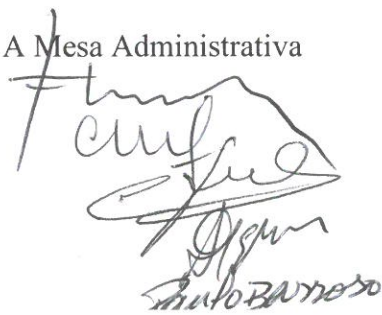
13.11 – Acontecimentos após data de balanço

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2020 será proposta a transferência do resultado líquido positivo de 208.713,95€ para Resultados Transitados. Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Montalegre, 30 de março de 2021

A Mesa Administrativa



O Contabilista Certificado



Luís Leite
CC n.º 39242



Santa Casa da
Misericórdia de Montalegre

Handwritten signatures and text:
Fm
Cuf.
S. J. de
H. J. de
Rafael Barros

RELATÓRIO

DE

GESTÃO

2020



Handwritten signature and initials in the top right corner.

RELATÓRIO DE GESTÃO

(Exercício de 2020)

Ex.mos Irmãos

Dando cumprimento ao preceituado nos artigos nº 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à **Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre** relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

1 – APRECIACÃO GLOBAL DA GESTÃO

No exercício de 2020, a entidade obteve um Resultado Líquido do Exercício positivo de 208.713,95€, o qual demonstra os esforços para equilibrar a situação financeira da Instituição e uma gestão cuidada, cumprindo sempre as leis e regulamentos aplicáveis, tendo sempre presente que, uma adequada estrutura organizacional conduz a uma segurança razoável na consecução dos objetivos, na eficácia e eficiência das operações e na fiabilidade do relato financeiro.

2 – EVOLUÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

(Análise prestações de serviços relativamente ao exercício anterior e das suas variações em valor e percentagem).

Evolução do volume de negócios

	2020	2019	Incremento na produção	
			Valor	%
Prestação de serviços	793.418,80	792.696,19	722,61	0,09%
Variação da produção				
Valor bruto da produção	793.418,80	792.696,19	722,61	0,09%

3 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS

(Análise das principais rubricas de gastos, também relativamente ao período anterior e suas variações, nomeadamente os seguintes: custo das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, gastos com o pessoal; gastos de depreciação e de amortização e gastos e perdas de financiamento)

Quadro da evolução dos gastos

	2020	2019	Incremento	
			Valor	%
CMVMC	152.969,18	120.190,47	32.778,71	27,27%
FSE	722.776,34	700.412,32	22.364,02	3,19%
Subcontratos	210.280,44	205.225,49	5.054,95	2,46%
Trabalhos especializados	144.903,31	129.919,33	14.983,98	11,53%
Publicidade e propaganda	1.235,29	1.653,37	-418,08	-25,29%
Honorários	15.009,00	5.030,00	9.979,00	198,39%
Conservação e reparação	51.996,76	38.161,93	13.834,83	36,25%
Ferramentas e utensílios	20.653,17	4.414,32	16.238,85	367,87%
Artigos para oferta	18,00	21,00	-3,00	-14,29%
Electricidade	64.208,65	66.075,27	-1.866,62	-2,82%
Combustíveis	120.550,90	144.956,24	-24.405,34	-16,84%
Deslocações e estadas	1.915,62	1.306,73	608,89	46,60%
Comunicação	9.257,79	8.622,32	635,47	7,37%
Despesas de representação	794,00	1.386,10	-592,10	-42,72%
Outros	81.953,41	93.640,22	-11.686,81	-12,48%
Total FSE	722.776,34	700.412,32	22.364,02	3,19%
Gastos com pessoal	1.518.757,46	1.401.749,47	117.007,99	8,35%
Depreciações e amortizações	224.967,36	213.358,16	11.609,20	5,44%
Outros gastos e perdas	14.875,21	14.270,15	605,06	4,24%
Juros	31.902,30	32.928,86	-1.026,56	-3,12%
Outros gastos e perdas financiamento	180,00	180,00		
Total dos gastos e perdas financ.	32.082,30	33.108,86	-1.026,56	-3,10%
Total dos Gastos e perdas	2.666.622,49	2.483.089,46	183.533,03	7,39%

4 – EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

(Análise das principais rubricas de rendimento, também relativamente ao período anterior e suas variações)

Dentro das rubricas de rendimentos destacam-se as "Prestações de Serviços" e os Subsídios à Exploração que ascenderam em 2020 a 2.599.604,46€ (2.520.558,39€ em 2019).

Evolução dos rendimentos

	2020	2019	Incremento	
			Valor	%
Prestação de serviços	793.418,80	792.696,19	722,61	0,09%
Subsídios à exploração	1.806.185,66	1.727.862,20	78.323,46	4,53%
Outros rendimentos	275.731,43	199.670,62	76.060,81	38,09%
Total dos Rendimentos	2.875.336,44	2.720.298,71	155.037,73	5,70%



Handwritten signature and date: 19/04/2021

5 – INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO

(Divulgação dos principais investimentos efetuados.)

Quadro de valores brutos de ativos fixos tangíveis

	2020	2019	Incremento	
			Valor	%
Edifícios	19.310,42	36.840,69	-17.530,27	-47,58%
Equipamento básico	39.444,28	6.061,44	33.382,84	550,74%
Equipamento de transporte	23.300,00		23.300,00	
Equipamento administrativo	2.437,30	641,08	1.796,22	280,19%
Outros ativos fixos tangíveis	6.077,64	14.346,01	-8.268,37	-57,64%
Total	90.569,64	57.889,22	32.680,42	56,45%

Quadro de valores de ativos fixos tangíveis

	2020	2019	Incremento	
			Valor	%
Terrenos	59.629,30	59.629,30		
Edifícios	6.862.207,42	6.842.897,00	19.310,42	0,28%
Equipamento básico	758.421,30	718.977,02	39.444,28	5,49%
Equipamento de transporte	186.021,32	162.721,32		
Equipamento administrativo	119.353,33	116.916,03	2.437,30	2,08%
Outros ativos fixos tangíveis	182.037,37	175.959,73	6.077,64	3,45%
Ativos fixos tangíveis em curso	2.731,75	2.731,75		
Total	8.170.401,79	8.079.832,15	67.269,64	0,83%

6 – TERCEIROS

As dívidas de terceiros, de clientes e utentes, Estado e outros ativos correntes e irmãos (quotas), ascendem a 267.529,18€ (214.534,03€ em 2019).

As dívidas a fornecedores, ao Estado, a instituições de crédito e outros passivos correntes ascendem a 1.758.246,06€ (1.837.022,83€ em 2019).

7 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não se considera terem existido, após o termo do exercício e até à presente data, factos relevantes a assinalar, que exigissem ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras.

8 – PRINCIPAIS RISCOS

A atividade da entidade comporta em si uma variedade de riscos aos quais está exposta, designadamente, risco de liquidez e risco jurídico.

*tr
cuy
Paulo Ramos*

- Risco de liquidez

O risco de liquidez traduz a capacidade da entidade fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em atenção os recursos disponíveis. Esta entidade procura garantir que a estrutura de financiamento é adequada à natureza das suas obrigações.

- Riscos jurídicos

A entidade está sujeita a leis e regulamentos nacionais. A gestão dos riscos jurídicos é efetuada pela Mesa Administrativa em conjunto com assessoria jurídica externa, por forma a assegurar a proteção dos interesses da Entidade no respeito pelo cumprimento dos seus deveres legais.

9 – DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos termos legais, informamos neste relatório de gestão que a entidade não se encontra em mora por quaisquer dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente à Administração Fiscal e à Segurança Social.

10 – AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A ENTIDADE E OS SEUS DIRETORES

Não foram concedidas quaisquer autorizações, nos termos art.º 397.º do CSC, pelo que nada há a indicar para efeitos da alínea e) n.º 5.º do art.º 66.º do CSC.

11 – EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ENTIDADE

Face ao atual estado de incerteza em resultado da Pandemia de Covid-19, os efeitos da disseminação do vírus estão a ser analisados pelas autoridades competentes, estando a ser implementadas diversas iniciativas com impacto na situação atual e futura. Face à natureza das medidas já implementadas e eventuais futuras iniciativas, a economia nacional tem vindo a ser afetada significativamente pela pandemia, perspetivando-se um cenário de recessão económica.

Apesar do atual cenário de incerteza sobre a evolução da pandemia de Covid-19 em Portugal e no resto do mundo, é convicção da Mesa Administrativa que os efeitos negativos desta situação, a existirem, não colocarão em causa a continuidade das suas



atividades, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020.

12 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2020 será proposta a transferência do resultado líquido positivo de 208.713,95€ para Resultados Transitados.

13 – AGRADECIMENTOS

Aos nossos clientes e utentes, às instituições de crédito e aos nossos fornecedores expressamos o nosso agradecimento pela colaboração e confiança que sempre nos prestaram.

Aos nossos colaboradores agradecemos o empenho e a dedicação que sempre manifestaram.

Montalegre, 30 de março de 2021

A Mesa Administrativa



Santa Casa da **Misericórdia de Montalegre**

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Mesa Administrativa propõe que o **Resultado Líquido Positivo** de 208.713,95 €, nas contas de 2020, seja transferido para Resultados Transitados.

Montalegre, abril de 2021

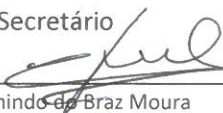
O Provedor


Fernando José Gomes Rodrigues

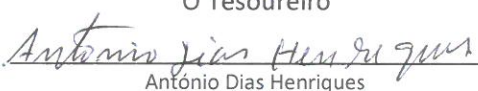
A Vice-Provedora


Maria Manuela Flambo Pedreira Carvalho

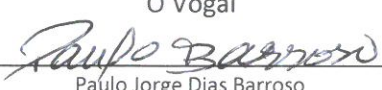
O Secretário


Alberto Armindo de Braz Moura

O Tesoureiro


António Dias Henriques

O Vogal


Paulo Jorge Dias Barroso



Santa Casa da **Misericórdia de Montalegre**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Assunto: Relatório de Atividades, Conta de Gerência de 2020 e Relatório de Gestão e Aplicação de Resultados

Aos quinze dias do mês de abril de 2021 reuniu o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre, a fim de apreciar o Relatório de Atividades e Contas de 2020 e de se pronunciar sobre a Aplicação de Resultados, de acordo com o disposto na alínea c) do Artigo 31.º do Compromisso, e para emitir o seu **PARECER** solicitado pela Mesa Administrativa.

1. Foi objeto de análise o **Relatório de Atividades 2020** das várias valências e setores apresentado pela Mesa Administrativa, considerando-se haver um trabalho positivo de toda a estrutura, apesar das dificuldades agravadas com a pandemia, pelo que se emite **PARECER FAVORÁVEL**.
2. Sobre a **Conta de Gerência e Relatório de Gestão**, e tendo em conta o orçamento inicial e o retificativo, oportunamente aprovados, pode constatar-se que a execução orçamental, receita e despesa comportou-se conforme previsto nos documentos previsionais.

Na sequência de informação prestada pela Mesa Administrativa, e através dos documentos elaborados pelo gabinete de contabilidade, efetuou-se uma análise à Conta de Gerência, bem como à evolução e comportamento das receitas e despesas da exploração e verifica-se que neste ano foi liquidada a importância de 50.000,00 € pela Câmara Municipal, referente a obras da UCC pagas anteriormente, e mais de 24.000,00 € de financiamento da RLIS referente a 2019, e transferidos valores dos fundos comunitários de anos anteriores.

Devemos salientar ainda:

- a. Apuramento de 224.967,36 € de depreciações e amortizações;
- b. Diminuição do **Passivo**, dívida da UCC, fixando-se assim em 1.340.096,88 €.
- c. O Resultado Líquido Positivo, apesar da pandemia.



Santa Casa da **Misericórdia de Montalegre**

O Comportamento das contas revela um bom desempenho financeiro, pelo que se emite **PARECER FAVORÁVEL**.

3. A Mesa Administrativa propõe que o **Resultado Líquido** de 208.713,95 € seja transferido para **Resultados Transitados**.

A proposta de **Aplicação de Resultados** positivos merece também **PARECER FAVORÁVEL**.

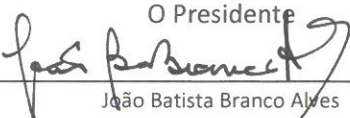
PARECER:

Face ao exposto é emitido **PARECER FAVORÁVEL** e recomendamos aos Irmãos:

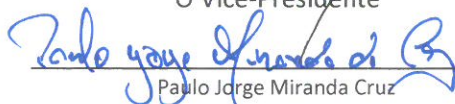
1. Que aproveem o **Relatório de Atividades de 2020**.
2. Que aproveem o **Conta de Gerência 2020 e Relatório de Gestão**.
3. **Aplicação de Resultados** – Que o **Resultado Líquido** positivo de 208.713,95 € seja transferido para **Resultados Transitados**, conforme proposta da Mesa Administrativa.

Montalegre, abril 2021

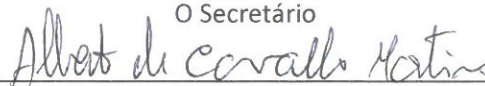
O Presidente


João Batista Branco Alves

O Vice-Presidente


Paulo Jorge Miranda Cruz

O Secretário


Alberto Martins Carvalho



Santa Casa da **Misericórdia de Montalegre**

CONCLUSÕES/AGRADECIMENTOS

Exmos. Irmãos,

Aqui fica o resumo das contas e da nossa atividade no último ano, que exigiu muito trabalho e muita dedicação, num ano que ninguém imaginava tão difícil.

Salientamos que a Câmara assumiu, ainda com o anterior Provedor, pagar os trabalhos a mais na UCC, liquidando este ano 50.000,00 €, mas que ainda está por liquidar a importância de 50.000,00 € das obras realizadas e já pagas, esperando que se regularize em breve. Para além disso tinha-se comprometido também com o anterior Provedor, e acordou já connosco, o apoio financeiro à RLIS durante o seu funcionamento, por três anos, tendo sido liquidados os últimos seis meses no valor de 24.000,00 €, o que vem empolar o valor de saldo deste ano.

Mesmo assim, melhoramos o desempenho financeiro geral mas continuamos com dificuldades para fazer frente aos aumentos salariais desejáveis, e sobretudo à necessária renovação dos edifícios e equipamentos, que já têm 40 anos de vida.

Este saldo positivo é, portanto, resultado do pagamento dos valores acordados pela Câmara para obras da UCC e para o funcionamento da RLIS, do pagamento de fundos comunitários, e também de grande exigência assumida por todos e por isso agradecemos o empenho e a dedicação dos nossos trabalhadores e colaboradores.

Agradecemos à Câmara Municipal que assume o pagamento do empréstimo para a obra da UCC, salientando que isso se traduz nos serviços sociais e de saúde, mas também na criação de 44 postos de trabalho em Montalegre

Montalegre, abril de 2021

O Provedor

Fernando José Gomes Rodrigues

A Vice-Provedora

Maria Manuela Flambo Pedreira Carvalho

O Tesoureiro

António Dias Henriques

O Secretário

Alberto Armindo do Braz Moura

O Vogal

Paulo Jorge Dias Barroso



Santa Casa da **Misericórdia de Montalegre**

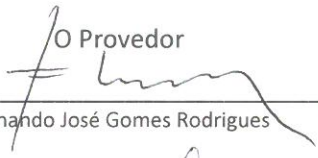
APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE CONTAS DE 2020

MESA ADMINISTRATIVA

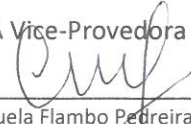
O presente **Relatório de Contas de 2020** foi apresentado, discutido e aprovado por unanimidade em reunião da Mesa Administrativa de 18 de abril de 2021, assim como a **Proposta de Aplicação de Resultados**, que mereceram PARECER FAVORÁVEL do Conselho Fiscal que se encontra anexo aos documentos.

Montalegre, 18 de abril de 2021

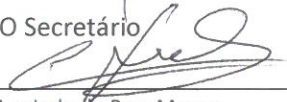
O Provedor


Fernando José Gomes Rodrigues

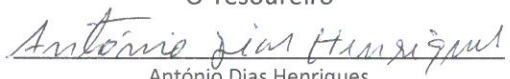
A Vice-Provedora


Maria Manuela Flambo Pedreira Carvalho

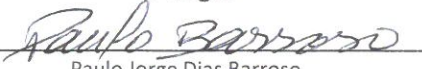
O Secretário


Alberto Armindo do Braz Moura

O Tesoureiro


António Dias Henriques

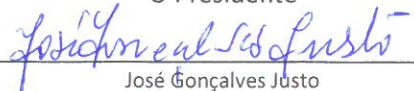
O Vogal


Paulo Jorge Dias Barroso

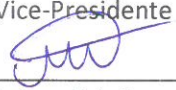
ASSEMBLEIA GERAL

O presente **Relatório de Contas de 2020**, a **Proposta de Aplicação de Resultados** e o **Parecer do Conselho Fiscal**, foram apresentados, discutidos e aprovados em reunião da Assembleia Geral de 27 de maio de 2021.

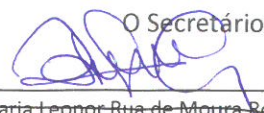
O Presidente


José Gonçalves Justo

O Vice-Presidente


Paulo Jorge Baía Barros

O Secretário


Maria Leonor Rua de Moura Rodrigues Nunes